PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS DE ENFERMAGEM SOBRE O ATENDIMENTO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT

Beatriz Furlanetto Visconti Fabiane de Amorim Almeida

Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein (FICSAE) bfvisconti@hotmail.com; fabiane.almeida@einstein.br

Resumo

A população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero e Travestis) é uma das mais afetadas pelas políticas públicas de saúde, mostrando-se resistente em procurar os serviços de saúde, pelo medo da marginalização, impactando negativamente na qualidade da assistência. Objetivos: apreender a percepção do graduando de enfermagem em relação ao atendimento de pessoas da comunidade LGBT; Entender como este graduando percebe a contribuição da formação acadêmica no seu preparo para atender a população LGBT. Método: Pesquisa descritivo-exploratória e qualitativa realizada no ano de 2019 em uma instituição de ensino superior privada, localizada na cidade de São Paulo. Participaram do estudo 25 alunos, utilizando-se de uma entrevista semiestruturada para coleta de dados, analisados por meio da Análise Temática de Conteúdo, de Bardin. Resultados: Foi possível identificar duas ideias centrais que refletem o papel da formação acadêmica no preparo do graduando para atender o paciente LGBT. Conclusão: Os achados possibilitam refletir acerca da adoção de novas abordagens de ensino para debater sobre as diversidades sexuais, fornecendo subsídios científicos que fundamentem a atuação do enfermeiro.

Palavras-chave: Gênero e saúde. Equidade em saúde. Estudantes de enfermagem. Minorias sexuais e de gênero.

Abstract

The LGBT (Lesbians, Gays, Bissexuals and Transgenders) community is one of the most affected by public health politics and are resistant to search for the health services by the fear of marginalization, resulting in a negative impact on the quality of care. Objectives: Capture the nursing students' perceptions about the health care assistance of LGBT people; understand how the student perceives the contribution of the academic role in your prepare to assist the LGBT patient. Method: Field research, exploratory-descriptive with qualitative approach developed in 2019 in a private university situated in the city of São Paulo. 25 students were part of the study and Bardin's Content Analysis was used for data analysis. Results: Two central ideas were identified reflecting the academic role preparing the students to assist LGBT patients. Conclusion: This study findings reflects the possibilities of new teaching approaches for debating about sexual diversities. That way it is possible to expand the knowledge, providing scientific data that substantiates the health care practitioner actions.

Keywords: Gender and health. Health equity. Students, nursing. Sexual and gender minorities.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), elaborado na Constituição Federativa de 1988 e regulamentado na Lei 8.080 de 1990, possui a universalidade, a integralidade e a equidade como princípios básicos (BRASIL, 1990). É a partir desta lei que as políticas de prevenção, promoção e reabilitação da saúde são pautadas, abrangendo toda a população, inclusive as minoritárias.

Falar de minorias é, essencialmente, falar de grupos que representam "valores construídos ao longo da história como antagônicos a valores expressos como superiores e desejáveis" pelas construções sociais (MOTTA, 2016; BRASIL, 2018). Gênero, sexualidade e etnia são os principais valores que fazem parte das minorias (MOTTA, 2016; BRASIL, 2018). Desta forma, deve-se considerar a vulnerabilidade dos grupos minoritários, entendendo-se como vulnerável a pessoa exposta ao adoecimento, em resultado do conjunto de aspectos individuais e coletivos (AYRES *et al.*, 2009).

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis (LGBT) é uma das mais afetadas pelas políticas públicas de saúde, ou pela falta delas, pois seus processos de sexualidade e identidade ainda são fracamente debatidos. A sexualidade é fundamental e imprescindível para a existência de um indivíduo. Existem quatro principais tipos de identidades sexuais: o sexo biológico, a identidade de gênero, os papéis sexuais sociais e a orientação sexual. (ALBURQUEQUE, 2013).

O sexo biológico é definido pela genética, entre macho XY e fêmea XX. Já a identidade de gênero é a percepção do indivíduo dentro do binário homem e mulher, sendo uma construção social, econômica, política e histórica. Caracteriza-se pelos termos *cisgênero*, ou seja, aquele que se identifica com o gênero no qual foi designado ao nascer; *transgênero*, aquele que não se identifica com seu gênero de nascimento; *não binário* é aquele que não se identifica nem com o feminino, nem com o masculino, podendo ou não fluir entre os dois; entre muitas outras identidades. (ALBURQUEQUE, 2013).

Os papéis sexuais sociais delimitam as características desta construção social entre feminino e masculino, operacionalizando as relações de poder entre os dois gêneros. Já a orientação sexual fundamenta-se no desejo afetivo e/ou sexual pelo outro, seja pelo indivíduo do gênero oposto (heterossexualidade), do mesmo gênero (homossexualidade), ou por ambos (bissexualidade). (ALBURQUEQUE, 2013).

Há uma ideia hegemônica de que a sexualidade deve ser cisgênera e heterossexual, vista como o "normal", o "padrão". E esta visão rege os valores e as relações de poder dentro dos

contextos culturais e sociais. (ALBURQUEQUE, 2013; GOMES, 2018) Qualquer pessoa fora do padrão é passível de sofrer discriminação e preconceito, além de ser invisibilizado.

Após a criação do SUS ocorreram significativas mudanças no âmbito governamental. O Estado começa a se posicionar de forma a representar a população LGBT no seu plano de governo, criando programas para banir o preconceito. Destaca-se a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC) (BRASIL, 2010), o programa "Brasil sem Homofobia" (BRASIL, 2004) e a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (BRASIL, 2017; BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013).

Mesmo com diversas tentativas para acabar com o preconceito. Há uma resistência, pela população LGBT, em procurar os serviços de saúde, evidenciando "o contexto discriminatório existente, organizado em função de uma heterossexualidade presumida, da falta de qualificação e do preconceito dos profissionais da saúde" em atender às demandas da comunidade. Em adição, pelo medo da marginalização, este grupo teme revelar a sua orientação sexual e identidade de gênero, causando impacto negativo na qualidade da assistência. (ALBURQUEQUE, 2013)

A partir disto, o estudo coloca em questão o preparo dos graduandos de enfermagem quanto ao cuidar da população LGBT, pois é a partir da base da formação acadêmica que se constrói profissionais capacitados e competentes. Surge, então, o seguinte questionamento: como é para o graduando de enfermagem cuidar de pessoas da comunidade LGBT?

Dessa forma, o estudo tem por objetivo apreender a percepção do graduando de enfermagem em relação ao atendimento de pessoas da comunidade LGBT; e entender como este graduando percebe a contribuição da formação acadêmica no seu preparo para atender a população LGBT.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, realizada em uma instituição de ensino superior (IES) privada, situada na cidade de São Paulo. Esta IES oferece cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, com turmas semestrais.

O estudo foi desenvolvido com graduandos de enfermagem, regularmente matriculados e que já tinham alguma experiência prática na assistência e aceitaram participar da pesquisa.

Estes alunos realizaram estágio em unidades de atendimento à população LGBT a partir do 3º ano do curso, na disciplina Integralidade do cuidado ao paciente clínico: Infectologia.

Foram excluídos os graduandos que, durante as atividades acadêmicas, não tiveram oportunidade de prestar assistência a pessoas da comunidade LGBT.

Por se tratar de um estudo qualitativo, o número de entrevistados foi definido ao longo da coleta de dados, encerrando-se a inclusão de novos participantes quando se atingiu a saturação dos dados, ou seja, quando não surgiram mais dados novos e quando as informações foram suficientes para compreender o fenômeno estudado. (POLIT, 2011)

A amostra foi constituída por 25 graduandos, que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), nº 466/2012 (BRASIL, 2012).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, elaborada e conduzida pelas autoras da pesquisa. Neste estudo, o roteiro foi constituído por dados de caracterização dos graduandos de enfermagem e perguntas norteadoras abordando sobre a percepção dos alunos em relação ao atendimento de pessoas da comunidade LGBT.

Os dados foram coletados nos meses de Agosto e Setembro de 2019, após a aprovação do projeto de pesquisa pela Comissão Científica da Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein (FICSAE) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Israelita Albert Einstein (Parecer: 3.481.308), bem como após autorização do gestor da instituição onde se realizou a coleta dos dados.

As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas literalmente. Obteve-se a autorização dos participantes para o uso das entrevistas gravadas no estudo.

Os dados foram analisados por meio de Análise Temática de Conteúdo de Bardin, que se constitui na análise de informações com o propósito de verificar as hipóteses e/ou questões e descobrir o que está subjacente nos discursos dos participantes da pesquisa. Este método usa como princípio o agrupamento das principais ideias em categorias semelhantes, de forma a guiar a discussão para responder aos objetivos da pesquisa. (BARDIN, 2015)

RESULTADOS

Participaram do estudo 25 graduandos e a média de idade foi de 22,6 anos. Em relação às suas características, 24 participantes eram do gênero feminino (96%) e um participante do gênero masculino (4%); 20 identificaram-se como heterossexuais (80%), três como bissexuais (12%), uma como como homossexual (4%) e uma pessoa preferiu não responder (4%).

Após leitura minuciosa das entrevistas transcritas, foi possível identificar duas ideias centrais a respeito da influência da formação acadêmica no atendimento da população LGBT. A seguir, serão apresentadas a descrição de cada uma delas, ilustrada com trechos dos discursos dos graduandos, sendo que a verbalização do entrevistador será identificada pela letra "E" e a do entrevistado, pela letra "A", acompanhada de algarismo arábico.

Com o intuito de contextualizar, ressalta-se que a maioria dos relatos dos estudantes relaciona-se às suas experiências em um hospital de referência no tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis e no Processo Transexualizador (BRASIL, 2008), que atende majoritariamente o público LGBT, caracterizado como campo de estágio.

1.1 Acreditando que a formação acadêmica não exerce influência significativa no preparo do graduando para atender o paciente LGBT

Quando se considera a influência do curso de graduação no preparo dos alunos para cuidar da população LGBT, os discursos apontam a existência de outros fatores que parecem mais significativos, como a formação familiar e as experiências individuais vivenciadas.

A17: Eu acho que (a formação acadêmica) não influencia. Acho que vem da gente mesmo... Ter educação e o respeito... De respeitar todos... Mas eu acho que aqui, dentro da faculdade, a gente vê mais (sobre pessoas LGBT), né, mas eu não acho que aqui influencia, não.

E: De que maneira você acha que a formação acadêmica influencia nesse processo? A22: Influencia, porque [...] a enfermagem lida com ser humano. Então, eles (professores) vão ter que ensinar pra gente como lidar com todo tipo de paciente. Então, vai influenciar, de certa forma. [...] Mas, de certa forma, até agora, o que eu vivenciei e o que eu vi meus colegas vivenciando essa questão, não teve grande influência.

1.2 Entendendo que a formação acadêmica não é suficiente para que o graduando se sinta preparado para atender o paciente LGBT

A respeito da contribuição na formação acadêmica, alguns alunos apontam para a necessidade de mais oportunidades para discutir esse assunto durante todo o curso de graduação, fornecendo mais subsídio para compreender melhor o contexto LGBT.

E: *E* de que maneira a formação acadêmica na graduação pode ter influenciado nesse processo? *A6*: Zero, porque a gente não aprende nada sobre. Aprendemos sobre casais heterossexuais [...]. *E*, ainda,

sobre pessoas CIS. Não existe uma diversidade e ninguém nunca falou sobre isso... sobre trans (transexual) ou qualquer outra coisa (relacionado à comunidade LGBT).

Os entrevistados sugerem algumas estratégias que acreditam serem efetivas como forma de familiarizar o aluno com a realidade do mundo LGBT dentro de uma perspectiva de abordagem da diversidade no cuidado em saúde.

A21: Acho que a faculdade tem que abordar mais isso... Expor situações... Falar, por exemplo, que isso é uma coisa do cotidiano. É uma coisa que as pessoas têm que saber lidar e não ter preconceito... E tratar o paciente como se ele fosse qualquer outro paciente. Porque, na verdade, é isso mesmo. Então, eu acho que a faculdade precisa falar mais sobre isso e desmistificar alguns mitos que tem. [...] Eu, por exemplo, já estou no 3º ano de faculdade e ninguém nunca falou sobre isso.

DISCUSSÃO

A sexualidade influencia e é influenciada pelos relacionamentos interpessoais, ou seja, entre indivíduos diferentes; e pelo relacionamento intrapessoal, que consiste na relação do indivíduo com ele mesmo em suas vivências e cultura (ALBURQUEQUE, 2013). É uma dimensão fundamental no ser e no estar do indivíduo, influenciando pensamentos, ações e interações. (SILVA *et al.*, 2019)

Entretanto, o assunto é tratado como tabu, refletindo na forma de ensinar e reproduzindo silêncios, inseguranças e constrangimentos (SILVA *et al.*, 2019). É possível perceber as consequências deste tabu na forma como os graduandos de Enfermagem, durante as entrevistas, demonstraram seus sentimentos acerca do seu papel no atendimento à comunidade LGBT e relataram como a formação acadêmica possui influência nisto.

A população LGBT está entre as minorias mais marginalizadas pelo sistema de saúde, pois vivenciam serviços de má qualidade em detrimento da falta de conhecimento e sensibilidade dos profissionais. Suas necessidades e especificidades não são reconhecidas, dando espaço para julgamentos e preconceitos. (SANTOS, SILVA, FERREIRA, 2019)

O desconforto e timidez dos alunos surgem não apenas pelas crenças individuais, mas também pela construção social de que a sexualidade é algo traumático e instituído, sem a possibilidade de variações (SILVA *et al.*, 2019). Em conjunto, a literatura reforça que o tema é insuficientemente abordado durante a formação acadêmica, contribuindo para o surgimento das inseguranças e o fortalecimento de barreiras entre aluno/profissional e paciente (SILVA *et al.*, 2019).

Em relação à formação profissional, os estudantes trouxeram duas perspectivas diferentes: que a universidade não possui papel formador na aquisição do conhecimento acerca da sexualidade e, por outro lado, que o curso de graduação é o principal responsável pela aquisição deste saber.

Na primeira perspectiva, os depoimentos reforçam que a maneira do aluno interagir com o paciente LGBT é influenciada pelas crenças e vivências pessoais, embora se perceba certa incerteza quanto ao real papel curso de graduação na formação desses futuros profissionais. Nota-se hesitação nos relatos, revelando a incerteza do pensamento.

Sendo assim, a segunda perspectiva comprova que abordar a diversidade sexual na formação do enfermeiro é de suma importância. Os sentimentos de desconforto e de despreparo são reflexos falta de oportunidade para reflexões, de estudos, debates e discussões voltadas à comunidade LGBT.

É reforçado pela literatura que a deficiência de pesquisas sobre as identidades sexuais influencia fortemente a assistência à saúde da população LGBT. (STRONG, FOLSE, 2015; DULLIUS, MARTINS, CESNIK, 2019) Quando existem, contudo, limitam-se a uma perspectiva biologista, restrita ao planejamento familiar e ao ato sexual heteronormativo enquanto fonte de risco, e não de prazer. (ARIAS, HERAZO, COGOLLO, 2010; BRETAS, OHARA, QUERINO, 2019)

Reconhecer que a educação sexual possui um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, sejam eles teóricos, técnicos ou comportamentais, é o primeiro passo para melhorar a abordagem dos profissionais da saúde no atendimento de pacientes LGBT. (SILVA *et al.*, 2019; DULLIUS, MARTINS, CESNIK, 2019).

Portanto, é importante que, na formação do enfermeiro, sejam oferecidos conhecimentos que incluam a ruptura dos estereótipos que envolvem a sexualidade, proporcionando a prática da empatia com a possibilidade de compreender as dificuldades, estigmas e fatores de risco, bem como a situação de invisibilidade e vulnerabilidade sofrida pela comunidade LGBT (SILVA *et al.*, 2019; DULLIUS, MARTINS, CESNIK, 2019). O conhecimento das principais demandas desta população deve ser o principal norte para melhorar a prática na assistência à saúde. (AYRES *et al.*, 2009)

Envolver a universidade também inclui envolver os docentes no processo, por exercerem papel fundamental na vida dos estudantes. O professor é responsável pela transmissão de conhecimentos, como no desenvolvimento de competências e atitudes, a partir da representação de um modelo de profissional. Dessa forma, os docentes devem atuar como

facilitadores, proporcionando recursos científicos (e não morais), para que os alunos sintam-se preparados e seguros para lidar com a sexualidade do outro. (FIGUEROA *et al.*, 2017)

À enfermagem cabe prestar assistência integral ao ser humano em todos os seus ciclos de vida, na perspectiva da pluralidade de identidades que constitui o indivíduo. Assim, é responsabilidade política, ética e legal da profissão desenvolver debates e reflexões constantes em favor das minorias, de forma a personalizar o atendimento, contemplando a diversidade e ampliando a abrangência do cuidado na prestação de serviços de saúde a toda a sociedade. (SANTOS, SILVA, FERREIRA, 2019; CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2017).

O presente estudo possui como amostra estudantes que realizaram estágio curricular em uma instituição pública que atende especificamente o público LGBT. Sugere-se, no entanto, a realização de estudos mais abrangentes, que englobem outras instituições especializadas ou, até mesmo, que abordem percepção dos sentimentos de alunos que não entraram em contato com a comunidade LGBT.

Houve, também, limitações na procura por dados bibliográficos que fossem compatíveis com este estudo, no que se refere à percepção dos alunos. Percebe-se um grande investimento em estudos que restringem a população LGBT ao desenvolvimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, não considerando as suas formas de expressão. É sugerida, também, a realização de pesquisas que fujam dessa perspectiva patológica e que busquem abordar os aspectos biopsicossociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo possibilitaram compreender a percepção do graduando de enfermagem em relação ao atendimento de pessoas da comunidade LGBT.

Estes achados permitiram entender como o graduando percebe a contribuição da formação acadêmica no seu preparo para atender a população LGBT, constatando-se que a abordagem sobre este tema ainda é insuficiente nas atividades da grade curricular, no que se refere ao conhecimento técnico, cultural e comportamental.

Todavia, o aluno aponta que, embora a graduação tenha um papel essencial no desenvolvimento de habilidades e capacidades para atender o paciente LGBT, outros fatores também são importantes como as vivências familiares e experiências práticas nos estágios e nas atividades profissionais, para os que já trabalham.

Os resultados deste estudo trouxeram subsídios acerca da adoção de novas formas de abordagem da temática em diferentes momentos do curso de graduação, propiciando ao aluno

maior familiaridade com esse contexto. Dentre estas estratégias, destacam-se as rodas de conversa com especialistas e pessoas LGBT, dando a oportunidade para os graduando expressarem livremente seus sentimentos e opiniões.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUEQUE, Grayce et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro, Saúde Debate, v. 37, n. 98, p.516-24, Jul/Set 2013.
- ARIAS, Adalberto Campo; HERAZO, Edwin; COGOLLO, Zuleima.

 Homophobia among nursing students. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 839-843, set. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000300041. Acesso em: 20 Março 2019.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al (org.). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Cap. 6. p. 121-144
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 2015.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Ministério Público e a igualdade de direitos para LGBTI: conceitos e legislação. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.sindsaudejau.com.br/cartilhas/igualdade-direitos.pdf. Acesso 09 Set 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 09 Set 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf. Acesso em 18 Set 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. 13 Jun 2013; Seção 1:59.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1820, de 13 de Agosto de 2009. Dispões sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 13 ago 2009.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 10 Out 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7388, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNCD. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 Dez 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 19 Set 1990.
- BRETAS, José Roberto da Silva; OHARA, Conceição Vieira da Silva; QUERINO, Isis Distrutti. Orientação sobre sexualidade para estudantes de enfermagem. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 568-574, jun. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002008000400006. Acesso em: 06 jun. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº 564 de 06 de Novembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 15 Fev 2019.
- DULLIUS, Willian Roger; MARTINS, Lara Barros; CESNIK, Vanessa Monteiro. Systematic review on health care professionals' competencies in the care of LGBT+ individuals. Campinas: Estudos de Psicologia, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180171. Acesso em: 30 fev. 2019.
- FIGUEIROA, Maria et al. A formação relacionada com a sexualidade humana na percepção dos estudantes de enfermagem. Revista de Enfermagem Referência, [S.L.], v., n. 15, p. 21-30, dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.12707/RIV17044.. Acesso em: 23 nov. 2019.
- GOMES, Sávio Marcelino et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. São Paulo, Saúde Soc, v.27, n.4, p.1120-33, Out/Dez 2018.

- MOTTA José. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. Saúde Debate, Rio de Janeiro, n.40, p.73-86, Dez 2016.
- POLIT, Denise F; BECK, Cheryl T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 7ª edição. São Paulo: Artmed, 2011, p. 249-87.
- SANTOS, Juliana Spinula dos; SILVA, Rodrigo Nogueira da; FERREIRA, Márcia de Assunção. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 01-06, jul. 2019.
- SILVA, Trycia Ryane de Freitas et al. REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM SOBRE SEXUALIDADE: entre estereótipos e tabus. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 01-18, fev. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00202. Acesso em: 23 nov. 2019.
- STRONG, Kristy L.; FOLSE, Victoria N. Assessing Undergraduate Nursing Students' Knowledge, Attitudes, and Cultural Competence in Caring for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Patients. Journal Of Nursing Education, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 45-49, jan. 2015.